

	<p><b>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</b></p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: <a href="mailto:sucondsef@dieese.org.br">sucondsef@dieese.org.br</a> Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	---	---

## **Relatório 44<sup>1</sup>:**

# **Relatório de acompanhamento da PEC 32**

**19 de agosto de 2021**

---

<sup>1</sup> Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

## 1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 43)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – o relatório traz **5 informações**, com destaque para: - **Informação 01** – Atos demonstram força dos servidores na luta contra a Reforma Administrativa. **Informação 06** – Câmara aprova MP que altera cargos em comissão do Poder Executivo
- No “item 4 – tramitação detalhada” – são apresentadas as tramitações relativas ao dia 18/08, com destaque para o fato de que já foram apresentados **123 Requerimentos para realização de Audiências Públicas e vários Requerimentos já foram aprovados.**
- No “item 6 – Enquete da PEC 32”, pois são apresentados os dados até 16 de agosto da enquete relativa à PEC.
- No “item 7 - Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL, foi inserido o LINK que dá acesso às **transmissões das reuniões e Audiências Públicas** ocorridas na Comissão Especial.
- Foi acrescentado a esse Relatório da PEC 32, o **item 8** – Acesso aos **documentos e apresentações** ocorridas nas reuniões da Comissão Especial, inclusive com as apresentações do dia 18 de agosto.
- No item 9 – Agenda do dia, previsão de Seminário Estadual em Pernambuco no dia 20/08 às 09h30.

## 2 – Informações sobre a PEC 32

**Informação 01** – **Atos demonstram força dos servidores na luta contra a Reforma Administrativa**

Com apoio da população, servidores de todo o país dizem não à PEC 32, da reforma Administrativa que provoca um desmonte nos serviços públicos e gratuitos, como saúde, educação, entre outros

**Publicado: 18/08/2021**

Portal CUT

Este dia 18 de Agosto entrou para a história de lutas dos servidores públicos do país com uma forte mobilização da categoria nas ruas e nas redes sociais, em defesa de um serviço público de qualidade, que está sendo atacado pela [Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\) nº 32](#), da reforma Administrativa, do governo de Jair Bolsonaro (ex-

PSL). A hashtag #18ADiadeLuta esteve durante toda esta quarta-feira, entre os top trends do [Twitter no Brasil](#).

Muito além da defesa da estabilidade dos servidores, que comprovadamente evita a possibilidade de corrupção como em casos, por exemplo, da [compra da vacina Covaxin](#), em que um servidor público denunciou a tentativa de falcatura por parte de membros do governo Bolsonaro, que atuavam no Ministério da Saúde, a luta também é em defesa dos empregos, contra as privatizações e demais pautas dos trabalhadores de todas as categorias.

Foram diversas [mobilizações pela manhã](#) e tantas outras durante a tarde em diversas cidades país afora. As maiores ocorreram nas capitais. É possível também acessar um [mapa](#) com as cidades em que onde ocorreram os atos em todo o país. Neste outro [link você confere as fotos e vídeos dos atos do Dia Nacional de Luta](#).

## Confira os atos

A tarde, em São Paulo, na Praça da República, no centro da cidade, o ato começou por volta das 15 horas. Dirigentes de sindicatos e da CUT São Paulo estiverem presentes e reforçaram a necessidade de impedir que a reforma Administrativa seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Da Praça da República, os manifestantes saíram em caminhada à Praça João Mendes, também no centro antigo de São Paulo.

Na capital de Sergipe, Aracaju, houve ato pela manhã em frente à Assembleia Legislativa do estado. Os professores e professoras da rede estadual e das 74 redes municipais filiadas ao SINTESE também fizeram ato contra a reforma administrativa, por valorização do magistério e pela revogação do desconto de 14% nas aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais.

Ainda em Aracajú, ato da CUT e centrais sindicais teve início às 15h na Praça General Valadão. Os manifestantes saíram em passeata pelas ruas da cidade.

Ato da oposição no Plenário da Câmara contra a PEC 32, o desmonte do Estado social e do serviço público!

Em João Pessoa, na Paraíba, o Dia Nacional de Luta em Defesa do Serviço Público, contra privatizações e contra a PEC 32, começou com uma concentração em frente à sede da Receita Federal, na capital do estado.

Em Cuiabá, Mato Grosso do Sul, a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) e os 74 Sindicatos Municipais dos Trabalhadores em Educação (SIMTEDs) participaram do Dia Nacional de Luta, fazendo uma defesa intransigente do Estado Democrático de Direito, da universalização dos serviços públicos de qualidade, da vacina para todos, do auxílio emergencial de R\$ 600 até o fim da pandemia e da testagem em massa contra a covid-19.

Ainda no sul do país, na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, teve dois atos no período da tarde contra a reforma Administrativa e contra a [MP 1045, que acaba com direitos trabalhistas](#) e pelo Fora, Bolsonaro.

Centrais sindicais e a Frente dos Servidores Públicos (FSP-RS) promoveram pela manhã um ato em frente ao Hospital de Pronto Socorro (HPS), em Porto Alegre. Com faixas, cartazes, adesivos e bandeiras, as entidades protestaram contra a Reforma Administrativa, que ataca não somente os direitos dos servidores municipais, estaduais e federais, mas destrói os serviços públicos e prejudica toda a população.

Às 13h ocorreu uma vigília no Palácio Piratininga, sede do governo do estado e às 18h, o ato foi na Esquina Democrática.

O recifense não deixou por menos e foi às ruas da capital de Pernambuco. A concentração foi no Parque 13 de Maio, às 15 horas e os manifestantes seguiram em caminhada pela Rua do Hospício até os Correios, no Centro da cidade. Outro ato em Recife ocorreu às 15h em frente à Faculdade de Direito.

A CUT Pernambuco, centrais sindicais, movimentos sociais e populares marcaram presença no ato e caminhada.

“ É importante lutar, defender e resistir. Queremos juntos construir um Brasil diferente, com pleno emprego e muitos direitos”, disse o presidente da CUT-PE, Paulo Rocha.

Os trabalhadores dos Correios também marcaram presença no ato em Recife. Eles protestam contra a decisão do governo Bolsonaro em privatizar a empresa, que é lucrativa e atende a todos os municípios brasileiros.

*O Sindsprev também marcou presença na Feira dos Serviços Públicos realizada, no centro do Recife, montada como uma ação conjunta entre nove sindicatos para orientar a população sobre a importância dos serviços públicos e os perigos da aprovação da reforma administrativa. #Não a reforma administrativa #Não a PEC 32*

Antes, pela manhã, a direção do Sindsep-PE montou uma tenda na Praça da Independência, conhecida como pracinha do Diário. No local foi realizada uma feira de serviços públicos em parceria com outras entidades sindicais. Também houve distribuição de cestas básicas na ocupação Ikauan Rodrigues, do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto (MUST), que abriga 65 famílias e um total de 150 pessoas.

Em Teresina, Piauí, durante a manhã o ato público foi na praça da Liberdade, no centro da capital. O ato público contou com a participação de Paulo Bezerra, presidente da CUT-PI; secretários da entidade e de várias lideranças sindicais, entre eles, Odaly Medeiros, presidente do Sindicato dos Bancários (PI) e membros da diretoria, além de Edilson Santos, presidente do SINTECT, SINTE-PI, SINSEP-PI, e membros do Fórum pelos Direitos e Liberdades Democráticas no Estado do Piauí.

## **Atos nas cidades do interior e regiões metropolitanas**

Pela manhã, em São José dos Campos, interior de São Paulo, a direção dos metalúrgicos de Pindamonhangaba também participou de um ato em frente ao Paço Municipal e em seguida saíram em passeata até a praça Afonso Pena.

Pela manhã os servidores municipais de Caxias do Sul, em greve contra a reforma administrativa, participaram de um ato em frente à Prefeitura da cidade.

Em Criciúma, os servidores públicos municipais, juntamente com os demais servidores públicos da área da saúde, bancos públicos e trabalhadores do setor privado, reuniram-se na frente ao prédio em que mora o deputado federal Daniel Freitas (PSL) para pressionar que ele vote contra a PEC 32.

Já lideranças sindicais se reuniram em frente à casa do deputado federal Ricardo Guidi (PSD), também em Criciúma, para mandar o recado: se votar a favor da Reforma Administrativa, não receberá o voto dos trabalhadores e trabalhadoras no próximo ano.

Jaraguá do Sul foi mais uma cidade catarinense com manifestações durante todo o dia. Lideranças sindicais ficaram durante toda a manhã no Terminal Urbano para dialogar com a população sobre a destruição do serviço público prevista na Reforma Administrativa. O ato de encerramento contra a PEC 32, está marcado para terminar o Museu da Paz, às 18h.

Em Maringá, no Paraná, o ato começa às quatro e meia da tarde, ao lado do Terminal da cidade. Os organizadores se posicionaram com um trio elétrico de onde vão chamar a população para lutar contra a PEC 32 e o desmonte do serviço público no país.

Há ainda atos marcados que vão ocorrer no final da tarde/ início da noite, nesta quarta-feira(18), nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, além de cidades do interior de diversos estados.

## Como ajudar a evitar o desmonte do serviço público gratuito

A população também pode dizer não ao desmonte do serviço público, pressionando os parlamentares. Para isso, está no ar o [site “Na pressão”](#) – uma ferramenta na qual estão listados os nomes dos deputados que são contra, indecisos e a favor da PEC 32. Por meio de telefone, whatsapp e e-mails é possível enviar sua mensagem a cada um.

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/atos-demonstram-forca-dos-servidores-luta-contra-reforma-administrativa>

### **Informação 02 – Oposição faz ato em Plenário contra a reforma administrativa**

#### **Deputados de partidos de oposição exibem cartazes contra a PEC**

18/08/2021 - 18:02 • Atualizado em 18/08/2021 - 19:59

No dia da convocação de greve geral de servidores públicos contra a reforma administrativa, deputados de oposição fizeram protesto em Plenário contra a proposta ([PEC 32/20](#)). Eles empunharam cartazes com dizeres contra a PEC, que aguarda análise em comissão especial da Câmara.

O deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#) disse que os partidos de oposição estão unidos contra o que chamou de “PEC do Desmonte” e que os servidores “estão de olho” no voto dos parlamentares. “É uma reforma trabalhista do serviço público, nada tem a ver com a administração. É a privatização do serviço público e a precarização do servidor público”, disse Correia.

Para ele, a intenção é esvaziar a administração pública e ampliar a influência política com o fim de concursos e outros pontos. “Não se trata de terceirização, o que se coloca é a privatização absoluta, é colocar dinheiro na mão de empresa privada, esse é o artigo 37-A”, declarou.

Correia afirmou que o texto tem impactos nos atuais servidores públicos, ao contrário do que se divulga. “Se essa PEC for aprovada, no dia seguinte o governo Bolsonaro vai enviar para cá uma medida provisória regulamentando a avaliação de desempenho e haverá demissão em massa, inclusive dos servidores atuais”, disse. Ele afirmou ainda que a PEC autoriza o corte de salários e de jornadas de servidores atuais.

## **Greve geral**

O tema da reforma administrativa foi alvo de outros discursos no decorrer da sessão. A deputada [Jandira Feghali \(PCdoB-RJ\)](#) destacou a manifestação de servidores públicos contra a proposta, já que foi convocada greve geral contra o texto.

“Param suas atividades, ocupam as ruas em manifestações muito densas. Aqui mesmo, na porta da Câmara dos Deputados, eles gritam contra a reforma administrativa apresentada pelo governo por essa dupla Bolsonaro-Guedes. Eles constroem uma proposta de desconstrução do Estado brasileiro”, disse Jandira.

Para a deputada [Alice Portugal \(PCdoB-BA\)](#), a mobilização nacional pressiona o Parlamento contra a PEC. “Essa proposta de reforma administrativa – que não reforma nada, que não entrega nada à sociedade brasileira, que não trata da administração pública, apenas dá punição aos servidores públicos – precisa ser rejeitada”, afirmou.

## **Defesa da proposta**

O relator da proposta, deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#), rebateu as críticas e cobrou iniciativas que busquem aprimorar o serviço público. “O que vemos aqui é a crítica pela crítica”, disse. “Não há nenhuma proposta no sentido de qualificar o serviço público, defendendo aquele que é o mais importante em relação à reforma administrativa, que é o usuário, a pessoa que está lá na ponta e que não aceita, não concorda e não aprova o serviço público”, declarou.

Segundo ele, a comissão especial vai produzir um relatório que vai atender às necessidades de qualificação e de modernização do serviço público. Arthur Oliveira Maia defendeu a realização de avaliações de qualidade do serviço público e a quebra da estabilidade. “Não vai ser uma avaliação de critério individual, mas vamos estabelecer critérios mais impessoais possíveis”, explicou.

[Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

**Reportagem – Carol Siqueira - Edição – Pierre Triboli**

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/796158-oposicao-faz-ato-em-plenario-contra-a-reforma-administrativa/>)

## **Informação 03** – Comissão debate privatização do Serpro e da Dataprev

18/08/2021 - 22:26

### **Dataprev está no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal**

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados promove audiência pública na sexta-feira (20) sobre a privatização do Serpro e da Dataprev.

[O debate ocorre às 14h30, no plenário 12, com transmissão interativa pelo e-democracia.](#)

O pedido para realização da audiência é dos deputados [Erika Kokay \(PT-DF\)](#) e [Carlos Veras \(PT-PE\)](#). Eles destacam a relevância de ambas as empresas para a manutenção e garantia do sigilo e a segurança de dados estratégicos para o Estado brasileiro, para empresas e cidadãos em geral. "Como o sigilo fiscal dos contribuintes, informações do comércio exterior, segurança pública", exemplificam.

Eles consideram fundamental debater o tema. "Sob pena de o atual governo inviabilizar duas empresas que são altamente lucrativas, competitivas e geradoras de desenvolvimento e que têm se destacado nos últimos anos pelos resultados financeiros alcançados".

Foram convidados para o debate:

- a diretora de assuntos jurídicos da Federação Nacional dos Empregados em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares (Fenadados), Débora Rodrigues;
- a representante da Frente Nacional dos Trabalhadores em Informática (FNI), Vera Guassu;
- o procurador da República e coordenador do Grupo de Trabalho Tecnologia da Informação e Comunicação da Câmara de Consumidor e Ordem Econômica do Ministério Público Federal, Alexandre Assunção e Silva, entre outros.

[Confira a lista completa de convidados.](#)

### **Da Redação – GM**

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/796266-comissao-debate-privatizacao-do-serpro-e-da-dataprev/> )

## **Informação 04** – Trabalhadores da saúde e da educação pedem na Câmara o arquivamento da reforma administrativa

### **Relator anunciou um novo substitutivo para a próxima semana**

18/08/2021 - 15:03

Representantes de trabalhadores do setor público pediram à Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (18), o arquivamento da reforma administrativa prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [32/20](#), do Executivo. Eles participaram de audiência pública na comissão especial da Casa que analisa a matéria.

## [Entenda a proposta de reforma administrativa do governo](#)

A PEC modifica diversos dispositivos constitucionais sobre a contratação, a remuneração e o desligamento de servidores e empregados públicos da União, de estados, do Distrito Federal e de municípios. As principais alterações são o fim da estabilidade no emprego para novos contratados, exceto os de carreiras definidas como típicas de Estado, e a substituição do atual estágio probatório por uma avaliação de desempenho ainda na fase final do concurso público.

Representando o Conselho Nacional de Saúde – instância colegiada do Ministério da Saúde que reúne usuários, trabalhadores, gestores e prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde (SUS) –, a conselheira Francisca da Silva disse que o CNS aprovou no começo deste mês um documento recomendando o arquivamento da PEC pela comissão especial.

Segundo ela, a PEC 32/21 propõe um “radical e profundo desmonte” do Estado brasileiro. “Sua aprovação representa uma quebra de contrato de direito constitucional, o desmonte das políticas atuais, com redução do acesso a serviços públicos, que certamente terão a qualidade comprometida”, disse.

### **Impessoalidade**

Francisca da Silva criticou, por exemplo, o novo modelo de contratação que prevê o contrato de experiência como fase final do concurso público, em substituição ao estágio probatório. “É uma espécie de adicional de seleção que rompe com a impessoalidade. O trabalhador poderá não ser efetivado caso exista interesse na contratação de algum apadrinhado político que esteja atrás na classificação”, observou.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Heleno Araújo Filho, rebateu a ideia do governo federal de que a PEC vai reduzir os gastos públicos e tornar o Estado mais eficiente. Para ele, a economia deve servir às pessoas e não o contrário.

“Por que 11 brasileiros se tornaram bilionários durante a pandemia? Precisamos descentralizar e não concentrar recursos nas mãos de poucos. Precisamos fazer com que a economia atue para as pessoas”, defendeu Araújo Filho. Segundo ele, a PEC 32/21 deve ser rejeitada por restringir os direitos da população e de servidores públicos e por transformar o Estado brasileiro “em um grade balcão de negócios”.

O debate sobre o impacto da reforma administrativa nos serviços públicos de saúde e educação foi proposto pelos deputados [Rogério Correia \(PT-MG\)](#), [Alice Portugal \(PCdoB-BA\)](#) e [Perpétua Almeida \(PCdoB-AC\)](#).

### **Novo substitutivo**

Correia disse que a reunião trouxe elementos para que o relator da PEC, deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#), modifique a proposta ou recomende sua rejeição. “Os salários maiores estão fora da reforma. A reforma vai cortar de quem ganha menos”, disse Correia. O texto da PEC não atinge magistrados, militares nem integrantes do Ministério Público e do Poder Legislativo. Maia já anunciou que apresentará um novo substitutivo na próxima semana.

A deputada Alice Portugal, por sua vez, destacou que nesta quarta-feira ocorrem diversos atos em todo o País contra a aprovação da PEC 32/20, um deles em frente à Câmara dos Deputados. As manifestações fazem parte do Dia Nacional de Protestos e Paralisações contra a PEC 32/20.

"Hoje acontecem manifestações de grande porte de servidores públicos e das centrais sindicais em todo o País. Esse movimento é uma alento, porque o texto não reforma o Estado, ele prejudica os servidores e os serviços de segurança, saúde e da segurança pública em todos os níveis", disse a deputada.

A prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão, ex-deputada federal, considera a PEC um retrocesso. "Ao trabalhar para desconstruir o serviço público nacional, estamos adotando uma posição lesiva ao futuro do País", disse. Ela considera que é preciso atualizar o serviço público, incorporando a ele inovações tecnológicas, mas entende que a PEC do governo, ao contrário, busca "atacar o papel do Estado".

Por outro lado, o secretário-geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Miguel Coelho, defendeu a flexibilização das formas de contratação no serviço público e liberdade para os gestores remunerarem seus trabalhadores públicos conforme o serviço prestado.

"No serviço público a gente fica um pouco engessado para fazer algumas correções remuneratórias e relacionadas ao contrato de trabalho", disse. Coelho, no entanto, disse que a Frente defende uma reforma que não viole direitos dos atuais trabalhadores.

[Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

## **Reportagem – Murilo Souza - Edição – Roberto Seabra**

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/795993-trabalhadores-da-saude-e-da-educacao-pedem-na> )

### **Informação 05 – Relator vai apresentar nova versão para reforma administrativa**

**Proposta está em análise em comissão especial, mas pode ser levada ao Plenário ainda neste mês**

17/08/2021 - 20:53 • Atualizado em 17/08/2021 - 22:31

O deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#), relator da reforma administrativa proposta pelo governo Bolsonaro ([PEC 32/20](#)), disse nesta terça-feira (17) que apresentará um substitutivo na próxima semana. "Muitas considerações trazidas ao relator serão acatadas, afastando boa parte da proposta original", anunciou.

"Estou fazendo um novo texto, tentando ao máximo construir um consenso; naquilo que não for possível, vamos para a decisão democrática, pelo voto", continuou Arthur Oliveira Maia. "A competência para apresentar essa reforma é do Poder Executivo, mas podemos modificá-la como quisermos", destacou.

Na versão enviada pelo Executivo, a proposta de emenda à Constituição (PEC) altera dispositivos que tratam de servidores e empregados públicos e também modifica a organização da administração pública direta e indireta de quaisquer Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O texto é rechaçado por entidades representativas dos servidores federais, que devem realizar mobilizações nesta quarta-feira (18). Algumas das principais medidas envolvem

contratação, avaliação, remuneração e desligamento de pessoal – segundo o governo, válidas para quem ingressar no setor público.

O presidente da Câmara dos Deputados, [Arthur Lira \(PP-AL\)](#), disse que a proposta poderá chegar ao Plenário ainda neste mês, após a deliberação da comissão especial. Para a aprovação de uma PEC, são necessários pelo menos 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em dois turnos.

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

### **Críticas generalizadas**

Debatedores reunidos pela comissão especial em audiência pública nesta tarde avaliaram que a versão do Executivo, diferentemente do que informa o governo Bolsonaro, afetará os atuais servidores federais, estaduais e municipais. Outros afirmaram que o melhor seria regulamentar as regras existentes desde 1988.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Kleber Cabral, e o presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), Antônio Geraldo Seixas, atacaram diversos pontos da versão original da [PEC 32/20](#).

Cabral e Seixas reiteraram a visão do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), de que a [PEC 32/20](#) acaba com o Regime Jurídico Único, facilita a perda de cargo público e prejudica aposentadorias. O Fonacate reúne 37 entidades e mais de 200 mil servidores de todos os Poderes da União.

“O ponto crucial da proposta do governo é a flexibilização na estabilidade dos servidores, e facilitar a demissão deveria causar preocupação na sociedade, porque abre espaço para o aparelhamento”, afirmou Seixas. Na visão de Cabral, a estabilidade é também um instrumento relevante no combate à corrupção.

O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), Fabrício Marques Santos, defendeu que as medidas incluam os entes federativos e considerem Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, mas questionou o texto enviado pelo governo Bolsonaro.

Secretário de Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, Santos afirmou que, conforme a avaliação dos atuais gestores estaduais, urgente é a regulamentação, por meio leis complementares, de temas como estabilidade, demissão e avaliação de desempenho de servidores, além da contratação de temporários.

### **Pontos relevantes**

No debate, o cientista político Fernando Luiz Abrucio elencou vários pontos que considera relevantes, mas estão fora da versão do governo Bolsonaro. Segundo ele, não houve diagnóstico prévio adequado, “é evidente a falta de diálogo com estados e municípios” e a experiência internacional “aparece só de orelhada”.

Abrucio disse que o federalismo deve nortear qualquer reforma administrativa, daí a necessidade de debate com estados e municípios e a inclusão de todos os servidores, não apenas os civis. “Policiais e profissionais da saúde e da educação são os responsáveis pela prestação dos principais serviços públicos no País.”

O cientista político sugeriu a criação, como em outros países, de uma agência governamental responsável pela gestão do setor público no longo prazo, pois do contrário sempre haverá desconfiança sobre reformas. Para Abrucio, é preciso definir ainda o que se espera do Estado e dos serviços ofertados ao cidadão.

“Imagine se esse modelo sugerido pelo governo já existisse antes da pandemia [de Covid-19]. Nós estaríamos perdidos. A pandemia mostrou que a existência de um certo tipo de gestão pública, que tem defeitos, mas pode ser melhorada, salvou milhões de pessoas. Vocês, deputados, devem pensar nisso”, afirmou.

### **Outras participações**

O debate desta tarde consta do plano de trabalho do relator. Foi pedido pelos deputados Alice Portugal (PCdoB-BA), Darci de Matos (PSD-SC), Lincoln Portela (PL-MG), Milton Coelho (PSB-PE), Paulo Teixeira (PT-SP), Rogério Correia (PT-MG), Rui Falcão (PT-SP), Tadeu Alencar (PSB-PE) e Tiago Mitraud (Novo-MG).

Participaram ainda os deputados Carlos Veras (PT-PE), Erika Kokay (PT-DF), Leo de Brito (PT-AC) e Professor Israel Batista (PV-DF); o coordenador da Sociedade Brasileira de Direito Público, Conrado Tristão; e o presidente da Associação Nacional dos Procuradores Estaduais e do Distrito Federal, Vicente Braga.

### **Reportagem – Ralph Machado - Edição – Geórgia Moraes**

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/795590-relator-vai-apresentar-nova-versao-para-reforma-administrativa/>)

### **Informação 06 – Câmara aprova MP que altera cargos em comissão do Poder Executivo**

17/08/2021 - 23:36 • Atualizado em 17/08/2021 - 23:37

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (17) a Medida Provisória 1042/21, que reformula a estrutura de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Poder Executivo, em autarquias e fundações. A MP perde a vigência no próximo dia 25 e deve ser votada ainda pelo Senado.

O texto transforma os cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento (DAS) em Cargos Comissionados Executivos (CCE). Esses cargos podem ser ocupados tanto por servidores efetivos como por qualquer pessoa que preencha requisitos gerais de acesso em livre nomeação, como idoneidade moral, perfil profissional ou formação acadêmica compatível e ficha limpa (não ser inelegível).

O texto aprovado em Plenário é o parecer do relator, deputado [Acácio Favacho \(Pros-AP\)](#), que teve [309 votos favoráveis e 128 contrários](#). Segundo o parecer, um decreto definirá requisitos mínimos para a ocupação dos cargos, critérios e procedimentos gerais a serem seguidos.

Os órgãos e entidades deverão manter atualizados os perfis profissionais desejáveis para a ocupação dos CCE e das Funções Comissionadas Executivas (FCE) de níveis 11 a 17, com estímulos à gestão por competências.

“Lá na ponta, vai ser de extrema importância para a população essa reestruturação dos cargos. Todos os partidos tiveram oportunidade de aperfeiçoar o texto”, afirmou Favacho.

### **Planos de capacitação**

Segundo o texto aprovado, os órgãos e as entidades do Executivo federal deverão incluir em seus planos de capacitação ações para habilitar seus servidores a ocuparem esses cargos e funções.

Nos critérios de preenchimento, poderão ser considerados os cursos de formação e aperfeiçoamento voltados ao exercício de cargos públicos no caso de funções exclusivas de servidores.

Até 31 de março de 2023, os órgãos terão de revisar suas estruturas com base nos dois tipos criados sem aumentar despesas. Segundo o governo, a intenção é enxugar a grande quantidade de espécies de funções que existem na administração, unificando-as nesses dois tipos.

Autarquias e fundações públicas terão até 31 de outubro de 2022 para fazer isso.

Depois de um ano desses prazos, nenhuma pessoa poderá ser nomeada para os cargos e funções de níveis 11 a 17 se não cumprir os requisitos mínimos e perfis profissionais.

### **Ocupação exclusiva**

As FCEs criadas pela MP serão ocupadas exclusivamente por servidores efetivos de quaisquer órgãos ou poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Essas funções substituirão as funções comissionadas do Poder Executivo (FCPE), as funções comissionadas técnicas (FCT) e as funções gratificadas (FG).

Favacho incluiu na MP dispositivo determinando que ao menos 60% dos cargos em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sejam ocupados por servidores de carreira. Atualmente, são reservados 50% dos cargos DAS 1, 2 e 3, regra revogada pelo substitutivo.

### **Universidades**

Inicialmente, a MP previa que as funções e cargos transformados nas universidades federais, no Banco Central e nas agências reguladoras deveriam ser alocados no próprio órgão.

Já o texto aprovado estende a regra para todas as autarquias e fundações públicas, exceto nas hipóteses de:

- absorção de atividades da entidade por órgão ou outra entidade;
- alteração de competência da entidade;
- permuta com órgãos e outras entidades; e
- obsolescência ou redimensionamento de atividades executadas pela entidade.

Entretanto, agências reguladoras e o Banco Central estão de fora dessas exceções.

No caso de instituições federais de ensino (IFE), essa realocação de funções somente poderá ocorrer no âmbito da própria instituição ou entre as IFEs. As instituições de ensino poderão

ainda transformar funções de confiança e gratificações exclusivas de servidores efetivos em cargos de direção.

Por outro lado, será permitido realocar cargos e funções da administração federal direta para autarquia ou fundação pública.

Nenhuma das mudanças da MP poderá implicar a extinção de entidade ou órgão previsto em lei. “Não poderá o Executivo, a partir de realocações de cargos e funções, promover a extinção reflexa de órgãos e entidades, devendo assegurar a manutenção de cargos e funções necessários ao exercício das competências básicas determinadas pelo legislador”, afirmou o relator.

### **Secretarias**

Nessa mesma linha de preservação das deliberações do Legislativo, Acácio Favacho excluiu do texto a permissão para o Executivo criar novas secretarias nacionais por decreto ou mudar seus nomes. Entretanto, os atos praticados com base na mudança permanecem válidos.

Para o relator, devem ser mantidas as prerrogativas do Poder Legislativo, “possibilitando o debate democrático sobre a organização administrativa responsável pela materialização das políticas públicas em todo o País”.

### **Faixas de renda**

A MP estabelece os novos tipos de cargos sem especificar o quantitativo. São definidas sete novas faixas intermediárias e intercaladas de remuneração tanto para a CCE quanto para a FCE, que têm numeração de referência equivalente.

Se o órgão escolher adequar sua estrutura com gratificações de valores maiores, terá de diminuir outras para fechar o valor global.

Entretanto, há duas mudanças de valor em relação à equivalência atual: o DAS 2, cujo valor antes da MP é de R\$ 3.440,75 passa a ser de R\$ 3.743,33 (CCE 7); e o DAS 3, de R\$ 5.685,55 passa para R\$ 5.734,58 (CCE 10).

Os níveis 1 a 4 de CCE e FCE, os mais baixos, destinam-se principalmente a empregados públicos que não podem ocupar funções de confiança, mas também poderão ser destinados a servidor efetivo e militar.

### **Auxílio-moradia**

A depender das opções de redistribuição das funções e comissões, poderá haver gastos maiores com auxílio-moradia, pois são criadas duas faixas de remuneração que ficam dentro do grupo que tem direito ao benefício. O CCE 14 pagará R\$ 11.652,88, e o CCE 16 será de R\$ 15.688,92.

O auxílio é devido a partir do CCE 13, equivalente ao atual DAS 4, e tem o valor máximo de 25% da gratificação.

### **Regras de pagamento**

As regras de pagamento continuam iguais às atuais para o servidor efetivo, o empregado permanente da administração pública e o militar nomeados para CCE.

O indicado poderá optar pelo valor cheio do CCE mais os anuênios incorporados à remuneração; pela diferença entre o CCE e a remuneração do cargo; pela remuneração do cargo efetivo mais o valor do CCE para os níveis 1 a 4; ou pela remuneração do cargo mais 60% do valor do CCE para os níveis 5 a 18.

Como a FCE possui valor de 60% do CCE, o servidor ocupante receberá o valor total mais a remuneração.

## Nomeações

De acordo com o texto, caberá ao presidente da República designar e nomear os indicados para os CCE dos níveis 15 a 18 e para os FCE dos níveis 15 a 17.

Os CCE e os FCE dos níveis 1 a 14 serão nomeados e designados pelos ministros de Estado e pelas autoridades máximas de autarquias e fundações.

As autoridades máximas da Controladoria Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal regulamentarão como ocorrerá a nomeação para os cargos em unidades descentralizadas nos estados e no Distrito Federal.

## Pré-seleção

O texto aprovado prevê ainda que um processo de pré-seleção deverá aferir a experiência, o conhecimento prévio do candidato e as competências, conforme o perfil profissional divulgado com mecanismos de transparência ativa.

Caso a autoridade máxima responsável pelo órgão opte por não realizar o processo de pré-seleção para os cargos e funções de níveis 11 a 17, deverá explicitar o motivo em ato fundamentado a ser publicado.

## Reportagem – Eduardo Piovesan - Edição – Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/795460-camara-aprova-mp-que-altera-cargos-em-comissao-do-poder-executivo/> )

## 3 – Situação atual que se encontra (Comissão Especial da PEC 32)

### SITUAÇÃO

Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

**CAMINHO DA PROPOSTA**  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Encerrado o prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição (de 10/06/2021 até o encerramento da 75ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no dia 07/07/2021). Foram apresentadas 41 emendas. As emendas de nºs 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 35, 37, 38 e 39 não atingiram o quórum mínimo de assinaturas.

Ver menos

**Chegou à comissão em:** 09/06/2021

SENADO FEDERAL

Não há tramitação no Senado

➔ ESTÁ AQUI

Início

CCJC

CESP

Plenário Virtual

### QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017  
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018  
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

### DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 07/07/2021  
Talíria Petrone (PSOL-RJ)
- 07/07/2021  
Darci De Matos (PSD-SC)
- 07/07/2021  
Leo De Brito (PT-AC)
- 07/07/2021  
Alessandro Molon (PSB-RJ)
- Mais discursos

Segue abaixo o link do relatório completo:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2009387](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387)

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

## 4 – Tramitação detalhada

18/08/2021

### Andamento:

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220 )**

- Aprovado requerimento n. 122/2021 do Sr. Fábio Trad que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Convidados: Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Mato Grosso do Sul (SINDJUFE/MS), representado pela Sra. Márcia Pissurno – Coordenadora-geral – Servidora do TRT da 24ª Região; Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul (SINDJOR/MS), representado pelo Sr. Walter Gonçalves – Presidente; Federação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público Municipal de Mato Grosso do Sul (FETAM-MS), representada pela Sra. Dilma Gomes da Silva; Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul – (CUT-MS), representada pelo Sr. Vilson Gimenes Gregorio - Presidente; Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal em Mato Grosso do Sul (SINTSEP-MS), representado pela Sra. Maria Helena Silva de Faria; Federação Sindical dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais do Estado de Mato Grosso do Sul (FESERP-MS), representada pela Sra. Lilian Fernandes.

## 5 – Enquete da PEC 32

[Página Inicial](#) / [Atividade Legislativa](#) / [Projetos de Lei e Outras Proposições](#) / [PEC 32/2020](#)

**Acesse a nova versão da ficha de tramitação**  
mais fácil de entender

[Cadastrar para acompanhamento](#) | [Versão anterior da ficha](#) | [Versões para impressão](#) ▼

### PEC 32/2020 | Inteiro teor

#### Proposta de Emenda à Constituição

**Situação:** Aguardando Instalação de Comissão Temporária; Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

**Acessóri de:**



**PEC 32/2020**

O QUE VOCÊ ACHA DISSO?

[Responda](#)

Sessões e Reuniões

25/05/2021 - 06h00  
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania  
Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual)

## VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

**Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?**

Veja a tramitação

**QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?**

Concordo totalmente | Concordo na maior parte | Estou indeciso | Discordo na maior parte | Discordo totalmente

VOTAR

**CANCELA A REFORMA JÁ!**

## 6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado) - 16 de agosto

### ENQUETE DA PEC 32/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

## 7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL

### REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

**ACESSE:** <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

## ASSISTA

**Obs: Para acessar as apresentações realizadas pelos palestrantes e debatedores, basta colocar o cursor no título da Audiência Pública e acessar a página respectiva que contém a apresentação desenvolvida.**



### Efeitos da Reforma nas Políticas Públicas de Educação e Saúde



### Efeitos Sobre os Atuais Servidores Federais, Estaduais e Municipais



## Situação dos Empregados Públicos na Reforma



## Regime Próprio de Previdência Social

### **TRANSMISSÕES**

**ACESSE:**<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/arquivos/pesquisa-avancada/resultadoSinais?assunto=&comissao=538928&tipo=&local=&orador=&periodo=1&dataIni=01/01/2021&dataFin=31/12/2021&form.submitted=1&form.button.pesquisar=Pesquisar>

## **8 – Acesso aos documentos e apresentações ocorridas nas reuniões da Comissão Especial da PEC 32**

**Obs: Para acessar as apresentações realizadas pelos palestrantes, basta colocar o cursor no nome da/o participante e acessar a página respectiva que contém a apresentação desenvolvida na Audiência Pública.**

## **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

**Audiência Pública de 18/08/2021: Efeitos da reforma nas políticas públicas de educação e saúde**

- [Francisca Valda da Silva](#), Conselheira Nacional de Saúde - CNS

#### **Audiência Pública de 17/08/2021: Situação dos empregados públicos na reforma**

- [Kleber Cabral](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO Nacional
- [Antônio Geraldo de Oliveira Seixas](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil - Sindireceita
- [Conrado Tristão](#), Coordenador da Sociedade Brasileira de Direito Público - SBDP

#### **Audiência Pública de 11/08/2021: Situação dos empregados públicos na reforma**

- [Maria da Penha Barbosa da Cruz](#), Diretora de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia
- [Maria Rita Serrano](#), Membro do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

#### **Audiência Pública de 10/08/2021: Regime próprio de previdência social**

- [Theodoro Vicente Agostinho](#), Advogado e Coordenador da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da EBRADI
- [Décio Bruno Lopes](#), Presidente da Associação da Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP

#### **Audiência Pública de 05/08/2021: Avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos**

- [Ismar Viana](#), Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC

#### **Audiência Pública de 04/08/2021: Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança**

- [Fabio Faiad Bottini](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL;
- [Weber Sutti](#), Diretor da Fundação Lemann;
- [Rodrigo Keidel Spada](#), Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE;
- [Iracema Keila Castelo Branco](#), Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul.

#### **Audiência Pública de 03/08/2021: Carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado**

- [Cibele Franzese](#), Professora da Fundação Getúlio Vargas - FGV;

- **Unadir Gonçalves Junior**, Presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal – FEBRAFISCO.

### **Audiência Pública de 14/07/2021: Condições para Aquisição de Estabilidade no Serviço Público**

- **Leonardo José Mattos Sultani**, Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;
- **Leonardo Secchi**, Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública - SBAP;
- **Alketa Peci**, Professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE-FGV.

### **Audiência Pública de 13/07/2021: Concurso público e vínculo de experiência**

- **Felipe Drumond**, Consultor da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa;
- **Lademir Gomes da Rocha**, Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - ANAFE;
- **José Celso Pereira Cardoso Junior**, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea - AFIPEA.
  - [Artigo: PEC 32/2020 e a volta do Estado liberal-patrimonial-oligárquico no Brasil](#)
  - [Artigo: Concursos Públicos, Profissionalização Burocrática e Desempenho Institucional: Reforma administrativa CF/1988 versus PEC 32/2020](#)
  - [Artigo: A Estabilidade Funcional dos Servidores nos Cargos Públicos](#)

### **Audiência Pública de 06/07/2021: Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos Tribunais de Contas, dos advogados públicos, dos defensores públicos e dos titulares de mandatos eletivos**

- **Renata Gil de Alcantara Videira**, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
- **Clóvis dos Santos Andrade**, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União - ANAUNI
- **Daniel Mitidieri Fernandes de Oliveira**, Procurador Municipal e Advogado no Rio de Janeiro

### **Audiência Pública de 30/06/2021: Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela Administração Pública e celebração de contratos de desempenho (acréscimo do § 6º ao art. 173 da Constituição, acréscimo do art. 37-A à Constituição e redação atribuída pela PEC ao § 8º do art. 37 da Constituição)**

- **Bráulio Cerqueira**, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle - UNACON

## Audiência Pública de 22/06/2021: Inovação na Administração Pública

- **Caio Mario Paes de Andrade**, Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia
- **Pedro Pontual**, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - ANESP
- **Diogo Costa**, Presidente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
- **Élida Graziane Pinto**, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo
- **José Henrique Nascimento**, Líder de Causas no Centro de Liderança Pública - CLP

## 9 – Agenda do dia de hoje da COMISSÃO ESPECIAL

- **HOJE (19/08) NÃO HÁ ATIVIDADE PREVISTA na Comissão Especial**
- **ATIVIDADE PREVISTA PARA O DIA 20 DE AGOSTO**

### Tema:

Seminário Estadual - Pernambuco

### Local:

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

### Início:

20/08/2021 às 09h30

### Situação:

**Convocada**

### Informações:

Seminário Estadual - Pernambuco

Tema: A PEC 32/20 e o Estado Brasileiro

Horário: 9:30h

Local/Endereço: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco - Rua da União, 397, Boa Vista, Recife.

Coordenador: Deputado Milton Coelho (PSB/PE)

- 1) Fernando Monteiro, Deputado Federal e Presidente da Comissão Especial;
- 2) Milton Coelho, Deputado Federal e membro titular da Comissão Especial;
- 3) Eriberto Medeiros, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco;
- 4) Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, professor titular de direito da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE;
- 5) Cláudio Ferreira, advogado, auditor do Tribunal de Contas do Estado e ex-Secretário de Assuntos Jurídicos do Recife; e
- 6) Carlos Fernando da Silva Filho, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT.

(Requerimento nº 19/2021, do Dep. Rogério Correia e outros)